

## **A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER (R2P) E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA VISÃO PRAGMÁTICA**

**Aluno: Luis Henrique Reis Dias**  
**Orientador: Prof. Dr. Kai Michael Kenkel**

### **Introdução**

O Brasil enfrenta algumas dificuldades em abraçar abertamente o R2P, principalmente no que diz respeito ao seu terceiro pilar, que trata da intervenção militar. As origens desse receio são oriundas de uma tradição da política externa brasileira em primar muito fortemente por uma certa interpretação do princípio da soberania, adotando uma postura anti-intervencionista. Logo, esse aspecto do R2P seria contrário ao que o Brasil entende como um princípio fundamental. No entanto, ainda que muita atenção seja dada ao que o R2P prevê no que diz respeito à intervenção militar com fins humanitários, o próprio documento enfatiza que o pilar da responsabilidade de prevenir é, indubitavelmente, o mais importante. Ou seja, é preciso que sejam desenvolvidos nos países uma série de mecanismos institucionais e intra-estruturais de modo que sejam fortalecidas as instituições democráticas e diminua-se, assim, o risco de crises humanitárias futuras.

Compreendendo que o R2P é uma norma relativamente recente no âmbito das Nações Unidas e encontra-se em fase de debates acerca de sua operacionalização, defendo que o Brasil tem a ganhar se envolvendo positivamente nessa discussão não apenas no sentido que o pilar mais importante que sustenta a norma tem uma ênfase claramente desenvolvimentista, indo de encontro com uma agenda Sul-Sul já existente na política externa brasileira, mas também beneficiaria a inserção do país como um ator de peso ainda maior nos fóruns de discussão multilaterais, tanto regionais quanto globais. Além disso, o entendimento do conceito de soberania positiva e sua propagação por parte do Brasil reforçariam uma maior estabilidade no continente sul-americano, no qual estão as maiores preocupações do país. É importante ressaltar que, no que diz respeito às intervenções humanitárias sob o R2P, ainda não foi definido claramente se a ação propriamente dita se dará necessariamente por parte de missões das Nações Unidas ou por organismos multilaterais regionais, abrindo possibilidade para o fortalecimento da UNASUL, organização na qual o Brasil possui importância fundamental. Portanto, as vantagens do envolvimento maior do país nas discussões de implementação do R2P são diversas: (1) permitiria que fossem levadas em consideração as preocupações e interesses brasileiros nas áreas de cooperação internacional Sul-Sul e segurança, (2) ofereceria maior legitimidade às suas aspirações em se firmar como *global player*, (3) reforçaria a estabilidade sub-regional tão cara ao país e (4) tornaria a sua política externa mais compatível com o fortalecimento da democracia no âmbito doméstico nacional.

### **Objetivos**

Analisar e acompanhar o posicionamento retórico da Política Externa Brasileira em relação ao R2P e compreender de que forma esta norma emergente é convergente ou não à agenda internacional brasileira. Ao mesmo tempo, cabe investigar como o Brasil pode contribuir a uma consolidação maior da norma em fase de implementação e também analisar os benefícios humanitários advindos da mesma.

### **Metodologia**

A metodologia de pesquisa adotada é qualitativa, sendo desenvolvida pela análise de discurso e a revisão de leitura. Primeiramente, foi feito um estudo acerca das origens, bases

teóricas e motivações para a criação do R2P. Em seguida, acompanhou-se as manifestações da Política Externa Brasileira sobre o conceito na AGNU e em outros fóruns internacionais. Por fim, foi feita a leitura analítica de textos que tratam especificamente do posicionamento brasileiro em relação à esforços humanitários como o R2P.

### **Conclusões**

A atuação mais ativa do país para os desenvolvimentos do R2P na ONU pode dar peso ao Brasil em sua busca por reformas no Conselho de Segurança e ao mesmo tempo demonstraria a defesa da visão de soberania positiva, que entende a soberania como imbuída também de responsabilidades do estado para com seus cidadãos, daí a necessidade do fortalecimento de instituições democráticas e infra-estrutura. Isso claramente vai de encontro ao que já ocorre tanto no discurso quanto nas ações de política externa brasileira. O Brasil é um dos países que mais contribuem financeiramente para apoios de cooperação entre países em desenvolvimento, envolvendo-se mais ativamente em programas de cooperação nos países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos.

Defendo também que apoiar o R2P, principalmente no que diz respeito à prevenção de crises, vai de encontro até mesmo com os interesses de uma visão de política externa mais pragmática e realista, no sentido que, ao defender uma concepção de soberania positiva, o Brasil poderia estimular e engajar outros atores a incorporarem uma conduta que traga maior estabilidade regional e de forte viés desenvolvimentista. A América do Sul, continente já considerado relativamente pacífico, assim permaneceria, e possibilitaria uma integração regional mais consistente sob liderança brasileira. Haveria assim um reconhecimento, por parte de países em desenvolvimento, do Brasil como um modelo a ser seguido, sendo essa idéia fortemente relacionada com os interesses mais pragmáticos do país.

Portanto, o R2P pode servir como elemento estratégico cuja relevância não pode ser descartada, beneficiando o Brasil na ampliação de seu poder no sistema internacional nas áreas em que o Brasil já possui maior capacidade, como desenvolvimento e políticas sociais, contribuindo para a afirmação de sua liderança regional e proporcionando maior legitimidade ao país como um dos líderes mais importantes na defesa dos anseios por reformas institucionais internacionais por parte do Sul global. Além disso, as contribuições à paz, estabilidade e prevenção de crises humanitárias que o R2P pode proporcionar, tornariam o discurso da política externa do Brasil – que sempre busca defender a paz e os princípios democráticos – mais consistente e mais compatível com sua política doméstica, que tanto lutou para um retorno à democracia e que defende um modelo de crescimento econômico de cunho desenvolvimentista. Uma visão não míope sobre o R2P pode oferecer ao Brasil muito do que ele quer atingir e muito do que ele já defende em seus discursos.